

Público

12-08-2011

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 46948

Temática: Administração Pública

Dimensão: 399

Imagem: S/Cor

Página (s): 9

Polícias pedem ao ministro da Administração Interna para encerrar o Instituto da PSP

José Bento Amaro

Formação polémica de oficiais e contenção de despesas fundamentam pedido. Exigida a demissão do director nacional

● A Federação Nacional dos Sindicatos de Polícia (Fenpol) da PSP vai solicitar ao ministro da Administração Interna, numa reunião prevista para segunda-feira, que extinga o Instituto Superior da Polícia, em Lisboa.

A medida visa, de acordo com o presidente da estrutura sindical, Pedro Magrinho, “reduzir custos, evitando a duplicação de cargos e funções” e também “criar condições para que, a médio prazo, seja possível ter na PSP oficiais de carreira aproveitando as suas licenciaturas”.

De acordo com Pedro Magrinho, os efectivos que actualmente frequentam o Instituto, em Alcântara, deveriam ser integrados na Escola Prática da Polícia (EPP), em Torres Novas. “A escola possui condições mais do que suficientes. Bem melhores do que as do instituto. Passaria a funcionar em duas vertentes: uma para ministrar formação superior, a mesma que agora é dada no Instituto, e a segunda seria a da formação técnica e profissional, destinada a agentes e chefes”, acrescentou.

Actualmente, existem cerca de 200 alunos no instituto (frequentam cursos de cinco anos) cuja formação custa ao Estado, em média, cerca de 190 mil euros. “Só o facto de se promover a passagem dos alunos do instituto para Torres Novas faria com que vários postos de chefia fossem abolidos e, em consequência, se reduzissem custos”, afirma o presidente da Fenpol, que entende ainda que o modelo em vigor para formação de oficiais “serve para alimentar lobbies” e “não oferece perspectivas de futuro”.

“Com a formação dos oficiais em



Polícias querem reduzir custos

Há 2700 polícias que recebem 93% do salário

Há 2700 polícias que estão, há mais de um ano, a auferir apenas 93 por cento do respectivo vencimento. A culpa, diz a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP), é do Governo e da Direcção Nacional da PSP, que não coloca essas pessoas nas posições remuneratórias previstas na lei.

O novo estatuto da PSP, em vigor desde o início do ano passado, determina que os 2700 polícias sejam colocados em novas posições remuneratórias. Tal, no entanto, nunca aconteceu em relação aos polícias mais antigos, enquanto que os que ingressaram na PSP mais recentemente foram contemplados. A ASPP foi recebida na terça-feira pelo ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, e deu-lhe conta desta preocupação, apresentando ainda reclamações relativas à não-devolução do fundo de fardamento, à regulamentação dos serviços remunerados, ao não-

pagamento de verbas devidas a elementos graduados, à falta de efectivos, às deficientes condições dos equipamentos e instalações existentes, aos horários de trabalho, ao processo de pré-aposentação e à inexistência de um regime jurídico transitório de vínculos, carreiras e remunerações que possibilite à PSP, enquanto não é criado um regime jurídico das Forças de Segurança, sair da alçada da Lei 12A, a mesma que é aplicada a toda a restante função pública. Após a reunião com o ministro, os sindicalistas terão sido informados que o MAI não possui dinheiro suficiente para satisfazer as reivindicações apresentadas. O ministro ter-se-á comprometido, através da Direcção Nacional da PSP, em criar condições para que sejam revistos os horários de trabalho impostos em diversos comandos policiais, os quais obrigam o pessoal a uma carga laboral que, em alguns casos, chega a duplicar.

Torres Novas passaria a privilegiar-se a progressão na carreira profissional e acabava-se com a actual onda de desmotivação. Seria um primeiro passo para que a PSP, até numa perspectiva de racionalizar meios, desse hipótese às centenas de polícias formados existentes nos seus quadros de ascenderem a oficiais”. De acordo com o sindicalista, “muitos polícias com licenciaturas pagas do próprio bolso são totalmente desaproveitados”. “Há muitos polícias licenciados em áreas importantes e fundamentais, como são o Direito, a Gestão, a Psicologia e a Sociologia, que estão impedidos de progredir na carreira. A quem não é dada a possibilidade de ascender ao oficialato. É por causa de situações como essa que há anos aparecem 15 mil candidatos a polícias e agora surgem apenas 2 mil”, afirma.

Pedro Magrinho diz ainda, tal como já o fez o presidente da Associação Sindical dos Oficiais de Polícia, Hélder Andrade, que a política da Direcção Nacional da PSP na colocação de oficiais está a gerar mau-estar. “Oficiais sem experiência alguma, com 22 ou 23 anos, acabados de sair do instituto, estão a ser colocados em postos de chefia operacionais, retirando-se dessas mesmas áreas oficiais experientes e em perfeitas condições para actuarem nas zonas mais problemáticas. Esses oficiais estão a ser encostados, colocados em áreas administrativas.”

Na segunda-feira, quando do encontro com o ministro Miguel Macedo, a delegação da Fenpol vai, tal como já o fizeram outros sindicatos policiais já recebidos, pedir a demissão do director nacional da PSP, superintendente-chefe Guedes da Silva. A não-aplicação do estatuto profissional, o facto de os polícias não estarem colocados correctamente na nova tabela remuneratória ou a não-devolução do dinheiro do fundo de fardamento são alguns dos assuntos que mais descontentamento têm gerado.